

Promoção da atividade física no Brasil: uma questão que vai além da saúde pública

O dia 7 de abril de 2011 é histórico para a saúde pública brasileira. Nesse dia foi instituído o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Portaria nº. 719 do Ministério da Saúde. “O Programa Academia da Saúde tem como objetivo principal contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis” (Art. 2º). Não é coincidência que tal portaria tenha sido publicada no começo de abril. No dia 6 foi comemorado o *Dia Mundial da Atividade Física*. Mesmo antes do lançamento da portaria, mais de 1.200 municípios brasileiros já recebiam repasse de verbas do Governo Federal para a condução de intervenções na área de promoção da saúde, com ênfase na atividade física.

Tais iniciativas, no entanto, não podem mascarar os imensos desafios que a área ainda tem pela frente. Dados recentes mostram que apenas 15% dos adultos brasileiros praticam 150 minutos ou mais por semana de atividade física no lazer, sendo que tal percentual está estável desde 2006 (Hallal PC et al. *Rev Bras Epidemiol*; no prelo). Menos de 15% dos brasileiros deslocam-se para o trabalho a pé ou de bicicleta. Ainda há muito a ser feito.

A ação depende de articulação multisetorial que pode até ser liderada pela saúde pública, mas que jamais pode se restringir a ela. As áreas de transporte, desenvolvimento, educação, esporte e lazer e igualdade social, apenas para citar algumas, devem assumir suas funções na promoção de modos de viver mais saudáveis.

Uma revisão sistemática de intervenções na América Latina mostrou que interferências na escola são efetivas para promover atividade física (Hoehner CM et al. *Am J Prev Med* 2008; 34:224-33). Ainda assim, há ampla dificuldade em se promover atividade física na escola, especialmente devido aos abismos conceituais e dificuldade de comunicação entre as áreas da saúde, educação, esporte e lazer. Enquanto tais desafios não forem vencidos, a promoção da atividade física na escola continuará sendo uma meta distante e fictícia.

Embora várias iniciativas isoladas estejam em andamento, a promoção da atividade física em larga escala no SUS ainda é meta, e não realidade. Para mudar tal cenário, a formação inicial dos profissionais da saúde precisa ser urgentemente repensada, com foco na promoção da saúde, e não simplesmente na prevenção e tratamento de doenças. De forma concomitante, é urgente que haja espaço concreto para a promoção da saúde no SUS.

Nada disso será possível se for mantido o aporte limitado de recursos financeiros para a pesquisa em atividade física no Brasil. Apesar de a inatividade física ser o quarto principal fator de risco para mortalidade no mundo, editais específicos para pesquisas na área inexistem no Brasil. Em comparação com outras áreas (obesidade, hipertensão arterial, diabetes), todas influenciadas pela prática de atividade física, é lamentável o (não) investimento feito pelas agências de fomento na pesquisa em atividade física. Espera-se que a portaria que institui o Academia da Saúde ajude a mudar esse cenário.

Pedro C. Hallal

*Programa de Pós-graduação em Epidemiologia/Programa de Pós-graduação em Educação Física,
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.
prchallal@gmail.com*